

Editorial

A identidade post-nacional de Timor

Álvaro de Vasconcelos

Agora que Timor, enfim, conquistou a liberdade, é tempo de tirar as lições de um processo exemplar, e de pensar também nas enormes dificuldades económicas e sociais que tem pela frente.

Apesar dos sobressaltos da transição indonésia, as grandes questões, para Timor, são de ordem interna. Só garantindo aos cidadãos a democracia e, exemplarmente, os direitos do homem, preservará a sua legitimidade internacional e a atenção e apoio dos seus parceiros. Nascido da vaga anti-soberanista e multilateral que marcou o fim do século XX, Timor é não só o mais novo dos Estados, mas o primeiro Estado post-nacional – mesmo que os ventos do mundo não soprem já tanto de feição.

A cerimónia da independência de Timor, país de setecentos mil habitantes, entre a continental Austrália e a vasta e arquipelágica Indonésia, teve algo de surreal, num presente de novo marcado pela política de potência ilustrada pela atitude da hiperpotência americana. Que paixão, que causa, explica a presença emocionada de tantas personalidades mundiais e atribuiu ao acto tanto simbolismo? A boa resposta a esta questão é fundamental para o futuro de Timor. Não creio que a motivação que congregou a maioria, naquela madrugada do Oriente, fosse apenas saudar a nascença de mais um Estado. O que faz de Timor um caso exemplar está na acção política de Xanana Gusmão, nos últimos anos, no apego à democracia, no respeito dos direitos do homem e na tolerância. Está no seu discurso sem réstia de nacionalismo, coisa espantosa ao fim de vinte e cinco anos de luta contra a ocupação indonésia.

Se a luta dos timorenses era pelo exercício do direito à autodeterminação, o facto é que internacionalmente, tacticamente ou não, ela foi travada primordialmente em nome da defesa dos direitos do homem, sobretudo depois do massacre de Santa Cruz. Não foi despidianda para a mobilização e a solidariedade gerada pela causa de Timor, o facto de, apesar dos excessos graves da violência fratricida, a resistência timorense ter recusado sempre o recurso ao terror.

Da campanha internacional em defesa das liberdades dos timorenses resultou a atribuição do Prémio Nobel a Ramos Horta e a Ximenes Belo, que foram e são a imagem internacional de uma luta em nome de valores, que assim permitiu à diplomacia portuguesa, após a adesão à CEE, mobilizar os europeus. Mas de pouco teria valido a mobilização internacional se a crise de Timor e a destruição que se seguiu ao referendo se não tivesse dado num momento de afirmação da corrente que defende que, acima dos interesses das potências, estão os valores fundamentais, e por isso exigiu a intervenção das Nações Unidas e dos Estados democráticos em defesa dos direitos dos cidadãos, mesmo sendo nulo, aparentemente, o interesse estratégico de tal acção. Foi a mesma «onda» que levou à campanha da Nato para defender os Kosovares, e levaria Kofi Annan, perante a Assembleia do Milénio das Nações Unidas, a pôr em causa o valor sacrossanto da soberania, apoiando-se justamente no exemplo do Kosovo e de Timor. Por isso foi significativa, ao lado de Annan, a presença na cerimónia da independência de Bill Clinton, o presidente americano que, depois do genocídio do Ruanda e da Bósnia, acabou por corporizar essa política de intervenção post-soberana.

Não foi em nome da soberania que Timor se tornou um Estado independente, mas em nome do primado dos direitos do homem, de todos os homens, mesmo aqueles que não são essenciais à estabilidade do mundo. Por tudo isto, a legitimidade internacional de Timor reside tão fundamentalmente no respeito pelos seus líderes da democracia e da convivência. A identidade de Timor é muito mais, hoje, a resultante da sua luta pela liberdade, que da língua, da cultura, da religião, ou a que resultaria da fantasmagórica definição de um suposto inimigo regional. Ao mesmo tempo que procura aderir a organizações regionais como a ASEAN ou o Forum do Pacífico, Timor deve procurar sobretudo num posicionamento aberto ao mundo a forma particular da sua inserção internacional.

Será muito mais o património acumulado no capítulo das liberdades que o capital resultante da exploração do petróleo ou do gás que assegurará o futuro de Timor, e garantirá que os timorenses se farão ouvir e terão o apoio dos Estados democráticos. Para construir um Estado plenamente democrático não bastam porém as convicções de Xanana Gusmão e uma boa parte dos dirigentes actuais. É preciso formar os quadros e criar instituições sólidas de um Estado de direito, designadamente no campo da Justiça. Outro desafio importante a vencer é a tentação natural para uma economia de renda petrolífera – a renda tem que servir para implantar as infra-estruturas de uma economia capaz de

debelar a enorme e generalizada pobreza. Dessa pobreza foram responsáveis no passado os colonizadores, Portugal e a Indonésia, que também por isso se sentem no dever de contribuir para o seu desenvolvimento. Mas doravante será aos governantes, e não aos seus antecessores, que os timorenses – por fim livres, por fim plenamente responsáveis pelo seu próprio destino – pedirão contas.